stop illegal fishing

A NEPAD Programme

NEPAD

nfds africa

PARAR A PESCA ILEGAL
CASO DE ESTUDO SÉRIE 01

Formar uma Voz Africana nas Negociações

INTERNACIONAIS SOBRE PESCAS

Antecedentes

Para que o *Acordo Internacional sobre Medidas do Estado de Porto para Prevenir, Dissuadir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não-Reportada e Não-Regulamentada* (2009) seja bem sucedido, todos os Estados de porto têm que o cumprir. Isto irá prevenir que as embarcações ilegais, não-reportadas e não-regulamentadas (IUU) possam beneficiar de regras mais brandas em Estados não-conformes.

Este acordo estabelece normas e procedimentos mínimos internacionalmente aceites relativos a embarcações estrangeiras envolvidas, ou que se suspeite estarem envolvidas, na pesca IUU, quando estas necessitem de serviços portuários. Foi negociado devido à crescente consciencialização sobre os impactos sociais, económicos e ambientais provocados pela pesca IUU.

Durante o processo de negociação um grupo de países Africanos trabalhou em conjunto para formar uma posição Africana coerente, bem argumentada, relevante e com amplo apoio – uma Voz Africana. Era importante que o que ficou conhecido como o "Grupo Africano" fosse capaz de moldar o acordo para que conferisse importância ao continente Africano no âmbito do quadro de uma reforma abrangente da pesca. Esta foi uma das primeiras ocasiões em que esta abordagem foi adoptada por um grupo pan-Africano num processo político internacional no sector das pescas.

O processo de formação de uma Voz Africana sobre a pesca IUU tem vindo a decorrer em várias regiões Africanas. Contudo, o ímpeto de as juntar foi dado no ***1º Fórum da África Austral e Oriental para o Combate à Pesca IUU***, realizado em 2007, em Maputo, Moçambique.

Simultaneamente ao ímpeto que foi ganhando força em partes de África, foram iniciadas negociações[1] sobre Medidas do Estado de Porto juridicamente vinculativas realizadas em Roma, numa consulta técnica de quatro sessões. Na **primeira sessão**[2], o Grupo Africano reuniu quase todos os dias, com Moçambique, o Senegal e Angola a presidirem à maioria das reuniões. Embora a primeira sessão se tenha centrado nas definições e disposições gerais, os delegados Africanos apoiaram-se mutuamente em alguns dos principais pontos em discussão. Nesta fase não houve apoio externo a este Grupo.

Uma reunião preparatória – ***O 2º Fórum da África Austral e Oriental para o Combate à Pesca IUU***, foi realizada antes da segunda sessão.

OS CASOS DE ESTUDO PARAR APESCA ILEGAL têm como objectivo:
Definir as melhores práticas, através da análise de exemplos práticos de diferentes abordagens na luta contra a pesca IUU. Também demonstram a magnitude das actividades e parcerias em curso para parar a pesca ilegal e fornecer as bases para o aconselhamento político.

A História (cont.)

Foi preparado um documento informativo para apoiar as discussões e com vista a facilitar uma voz mais forte na negociação. O documento destacou os artigos mais controversos, com ênfase nas disposições de importância para os países em desenvolvimento e questões que beneficiariam de uma posição comum pan-Africana.

Na **segunda[3] sessão**, o Grupo Africano realizou reuniões todas as manhãs e durante as pausas para o almoço. Em cada reunião foi nomeado um presidente diferente. Foi fornecido apoio, incluindo assessoria técnica e jurídica, pelo Programa Parar a Pesca Ilegal, Grupo Ambiental PEW e WWF.

Na **terceira[4] sessão**, um dos principais eventos para o Grupo Africano aconteceu quando, após uma reunião com os Pequenos Estados Insulares do Pacifico em Desenvolvimento (SIDS), foi elaborada uma proposta conjunta dos Estados em desenvolvimento[5] relativa ao Artigo 21. Esta foi posteriormente adoptada em plenário.

Na **quarta[6] e última sessão**, o Grupo Africano não reuniu regularmente, uma vez que os artigos de maior interesse para o Grupo já haviam sido discutidos e a maioria dos seus objectivos alcançada.

Em termos mais gerais na negociação, os países falaram em nome próprio mas tiveram em consideração a posição acordada enquanto faziam as suas intervenções. O Grupo concentrou os seus esforços em determinados assuntos e artigos prioritários, em vez de explorarem todo o texto do acordo.

Impulsos

O principal **motor** do processo de desenvolvimento da Voz Africana foi o impulso criado com o *1º Fórum da África Austral e Oriental para o combate à Pesca IUU e a assinatura da Declaração de Compromisso da SADC*. Estas iniciativas evidenciaram a necessidade prática de cooperação para parar a pesca ilegal e o poder negocial advindo da tomada de uma posição comum. Foi criado o impulso político para avançar bem como uma estrutura para facilitar a cooperação entre os países.

Principais Características e Resultados

- **Trabalhar em conjunto enquanto Grupo Africano significou** que os países africanos conseguiram influenciar o acordo, tornando-o mais relevante para, por exemplo, as questões IUU do continente, exceptuando a pesca artesanal migratória.
- **Cooperar com os SIDS do Pacífico** conduziu à conjugação de esforços com grupos da mesma opinião e à capacidade de exercer uma influência ainda maior.
- **O apoio prestado pelos especialistas** foi crucial, tal como o fornecimento de documentos informativos de referência sobre questões-chave que ajudaram a focar a discussão.
- **A ratificação e implementação do acordo** têm sido, até agora, limitadas. Até ao momento, apenas três países Africanos assinaram o acordo: Angola, Gabão e Serra Leoa[7]. No entanto, a atenção demonstrada pelos membros do Grupo Africano nas negociações sugere um interesse mais amplo. Felizmente, os mecanismos de financiamento do Artigo 21.º irão fornecer o necessário apoio técnico e financeiro[8] aos países Africanos que desejem ratificar e implementar o acordo.

Lições aprendidas

PREPARAÇÃO PARA AS NEGOCIAÇÕES

- **Tomar consciência** dos assuntos e partilhar informações e perspectivas nos contextos local, regional e continental antes do início das negociações.
- **Definir objectivos comuns** e áreas onde o compromisso pode ser alcançado. Isto levará a uma estratégia de negociação focada e concertada.
- **Nomear e capacitar as delegações nacionais** antes das negociações e manter a continuidade da presença ao longo do processo.
- **Continuar o trabalho conjunto entre as sessões de negociação,** de forma a desenvolver uma melhor cooperação e a ajustar ou afinar as posições comuns.
- **Identificar fontes de financiamento** para a participação nas reuniões. Isto é vital para assegurar a participação das delegações nacionais e das partes interessadas.
- **Identificar um coordenador do grupo.**

DURANTE AS NEGOCIAÇÕES

- **Organizar reuniões de grupo diárias**, de modo a partilhar e negociar posições individuais nacionais ou ajustar estratégias, conforme necessário.
- **Promover níveis de participação coerentes,** de forma a garantir que a sua voz é ouvida.
- **Preparar uma estratégia de intervenção** para as sessões plenárias. É importante que tomem a palavra tantos países quanto possível.

Desafios

Alguns dos principais desafios deste processo incluíram:

- A **organização e funcionamento das reuniões diárias do Grupo Africano** – verificou-se alguma hesitação inicial entre os delegados Africanos em relação ao "Grupo Africano", enquanto a apropriação e finalidade do Grupo não estavam claras. Esta questão foi discutida e foi alcançado acordo a este respeito, contudo, alguns delegados continuavam hesitantes quanto a partilhar perspectivas e posições sem um mandato oficial do Governo, preferindo discutir em plenário.
- **Variação dos níveis e da continuidade da participação** – resultando em desafios significativos no avançar da discussão. Esta situação foi em parte causada por constrangimentos financeiros, mas também pela falta de continuidade nas delegações para as reuniões preparatórias e para a negociação real em Roma, bem como pelos diferentes níveis de participação nas reuniões do Grupo Africano.
- A **nomeação do Presidente** – provou ser de alguma forma problemática, uma vez que os delegados estavam relutantes em dominar o processo, não querendo propor-se a eles próprios ou a um dos seus co-delegados para presidente. A falta de um processo claro para a designação do presidente resultou numa confiança limitada no cargo e, por isso, na reduzida coordenação em plenário.
- **As barreiras linguísticas** – existiram barreiras em termos da linguagem real, bem como na terminologia técnica e jurídica utilizada nas discussões. Não houve apoio de interpretação oficial para o Grupo, o que significou que os delegados tiveram que apoiar-se uns aos outros o melhor que puderam.

Actores Envolvidos

- **Os campeões/iniciadores:** O papel de liderança desempenhado pelos principais países campeões e pelos seus representantes foi fundamental para iniciar e manter a dinâmica.
- **União Africana:** A União Africana, através da NEPAD, da Parceria para as Pescas Africanas e do grupo de trabalho Parar a Pesca Ilegal, apoiou as reuniões preparatórias e o processo realizado em Roma.
- **Delegados Africanos:** Vários países estiveram muito activos nas reuniões do Grupo Africano, outros participaram regularmente, enquanto alguns apenas o fizeram ocasionalmente.
- **O Presidente:** Angola, Moçambique e Senegal presidiram à maioria das sessões, embora originalmente a ideia fosse nomear um presidente diferente para cada reunião do Grupo Africano.
- **Parceiros de Apoio:** O apoio externo prestado ao Grupo Africano antes e depois da negociação consistiu em assessoria técnica e jurídica, bem como em serviços de interpretação e tradução por parte de uma série de organizações e peritos. As suas funções consistiram em prestar um misto de apoio e incentivo, bem como um aconselhamento robusto em momentos críticos do processo.

Implicações Políticas

- Desenvolver uma Voz Africana coerente sobre as questões da pesca exige um elevado nível de legitimidade, visível em todo o processo. É necessário considerar e estabelecer firmemente um claro mandato.
- É obrigatório fortalecer o papel dos especialistas Africanos na contribuição para e no apoio à formulação de posições nas negociações internacionais sobre pescas.
- A consolidação da Voz Africana beneficiaria de um diálogo regional mais forte (por exemplo, nos órgãos regionais de pesca ou nas comunidades económicas) que se liga ao processo continental. As sinergias entre os processos políticos regional e continental deveriam ser reforçadas.

Agradecimentos

Este caso de estudo foi pesquisado, preparado e revisto através das Discussões de um Grupo focado em Parar a Pesca Ilegal, liderado por Antonia Hjort, com Heike Baumüller, Per Erik Bergh, Philippe Cacaud, Manuel Castiano, Sandy Davies, Terje Løbach, Peter Manning e Estelle van der Merwe.

Mais Informações

Parceria para as Pesca Africanas
Email: information@africanfisheries.org
Website: www.africanfisheries.org

Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
Email: info@nepad.org
Website: www.nepad.org

NFDS África – Equipa Coordenadora da Implementação do Programa SIF
Email: nfds@nfds.info
Website: www.nfds.info

Próximos Passos

Para fortalecer a Voz Africana nas negociações internacionais sobre pesca, o próximo passo será identificar as reuniões internacionais relevantes. Para se preparar para tais reuniões, deverão ser tidos em conta os pontos gerais enunciados em Lições aprendidas, enquanto os esforços deverão centrar-se no seguinte:

- **Aprender com as práticas de negociação de outros grupos regionais**, tais como os SIDS do Pacífico.
- **Desenvolver posições baseadas em investigação,** para maximizar a influência na forma global de um acordo internacional, não apenas em partes deste ou em alguns dos seus artigos.
- **Organizar cursos de formação em negociação** e identificar os "Estados Líderes" e os bem treinados "negociadores campeões" poderia melhorar significativamente a capacidade negocial do continente.
- **Estabelecer uma maior legitimidade para o Grupo Africano** através do reforço do papel de facilitador da União Africana, da NEPAD e dos seus programas associados e grupos de trabalho, tanto nos preparativos como através da sua representação física na negociação.
- **Explorar os mecanismos de financiamento** para apoiar o desenvolvimento e fortalecimento da Voz Africana, e para assegurar a ampla participação Africana no processo de negociação.

Notas de Rodapé

[1] Após uma decisão da vigésima-sétima sessão do Comité das Pescas da FAO (Roma, Itália, 5-9 Março de 2007), uma Consultoria de Peritos preparou um projecto de texto de um instrumento juridicamente vinculativo sobre Medidas do Estado de Porto, baseado *no Plano Internacional de Acção da FAO para Prevenir, Dissuadir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não-Reportada e Não-Regulamentada, de 2001, e no Regime Modelo da FAO sobre Medidas de Estado de Porto para combater a Pesca Ilegal, Não-reportada e Não-regulamentada, de 2005*. O projecto de texto foi então submetido à consideração e revisão por uma Consulta Técnica.

[2] 23-27 de Junho de 2008.

[3] 26-30 de Janeiro de 2009.

[4] 4-8 de Maio de 2009.

[5] Incluindo o estabelecimento de mecanismos de financiamento para capacitação e assistência técnica.

[6] 24-28 de Agosto de 2009.

[7] A partir de Junho de 2010.

[8] Embora as Medidas do Estado de Porto sejam vistas como uma ferramenta eficaz em termos de custo para lidar com a pesca IUU, o apoio financeiro e a capacitação continuarão a ser necessários para facilitar a sua implementação pelos países em desenvolvimento.